

- Navas, M<sup>a</sup> V. & Gonçalves, M. F. (2020). Caracterização e problemas atuais do barranquenho: contribuições para uma política de revitalização. *Estudos de Lingüística Galega*, 12, 179-199
- Rajagopalan, K. (2013). Política linguística. Do que é que se trata, afinal? In C. Nicolaidis et al. (Orgs.). *Políticas e políticas linguísticas*. Campinas: Pontes editores.
- Rosa, H. (2013). *Accélération: Une critique sociale du temps*. Paris: La Découverte.
- Santos, J. V. (2011). *Linguagem e comunicação*. Coimbra: Almedina.
- Wolton, D. (2020). *Vive l'incommunication, la victoire de l'Europe*. Paris: Editions François Bourin.
- Zabaltza, X. (2006). *Una historia de las lenguas y de los nacionalismos*. Barcelona: Editorial Gedisa.

## REFLEXÕES SOBRE POLÍTICA E PLANIFICAÇÃO LINGÜÍSTICAS DE UMA LÍNGUA MINORITÁRIA E AMEAÇADA: O BARRANQUENHO\*

Maria Filomena Gonçalves  
Universidade de Évora/ECS/DLL  
CIDEHUS-UÉ/FCT\*\*

### 1. Introdução

O Barranquenho é, conforme demonstram estudos publicados nas últimas décadas (Navas, 1992, 2011, 2017a, 2017b, 2017c; Navas & Gonçalves, 2018, 2020; Clements et al., 2007a, 2007b, 2008, 2011; Clements, 2009; Clements & Lorenzino, 2006; Clements, Amaral & Luís, 2007; Amaral, 2016), uma realidade linguística com características próprias, fruto do contacto multissecular entre as variedades meridionais do Português e do Espanhol, numa geografia e em condições demográficas e sociais particulares, como os “vínculos familiares” (Lorenzino, 2018), que pesaram muito. Nesse particular contexto surgiu uma comunidade mista em que coexistiam duas línguas, ainda que o estatuto de uma e outra não fosse equivalente.

A singularidade no âmbito peninsular e europeu justifica o paralelismo entre a situação linguística de Barrancos<sup>1</sup> – vila fronteiriça do distrito de

\* Este trabalho foi realizado no âmbito do projeto UIDB/00057/2020 (CIDEHUS. UÉ/FCT) e do Projeto *Frontera hispano-portuguesa: personas, pueblos y palabras* (FRONTESPO-3P), financiado por FEDER/Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades-Agencia Estatal de Innovación (período 2019-2022, ref. RTI2018-095899-B-I00).

\*\* Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora. (Projeto UIDB/00057/2020)

<sup>1</sup> Sobre vários aspetos das origens e da história de Barrancos, vejam-se: Fonseca (1983), Coelho (1999), Cosme (2001), Ramos (2012).

Beja, encostada à vizinha Encinasola (Espanha), povoação extremencha a escassos quilómetros da localidade alentejana –, e a variedade mista existente em territórios da fronteira entre o sul do Brasil e o Uruguai (Coll, 2009; Carvalho, 2009; Stefanova-Gueorguiev, 2000; Elizaicín, 1992), aproximação que estriba no facto de o contacto entre variedades locais de duas línguas românicas (Português e Espanhol) ter produzido, em ambos os casos, variedades híbridas, não obstante serem muito diferentes as condições históricas, demográficas, sociais e sociolinguísticas em que surgiram uma e outra variedade fronteiriça.

Por outro lado, importa realçar a especificidade do Barranquenho em território peninsular, já que, mau grado a porosidade ou permeabilidade da fronteira, esse “lugar de sentimentos e comportamentos contraditórios” (Álvarez Pérez, 2013: 102), que verdadeiramente nunca separou as populações ao longo da raia luso-espanhola, só em Barrancos se desenvolveu uma variedade linguística, com grande variação interna (Navas, 2011, 2017a) mas com suficiente estabilidade para ser um terceiro sistema, resultante da interação entre Português e Espanhol e do bilinguismo histórico da comunidade. Com efeito, na fronteira entre os reinos de Portugal e de Castela, o contacto entre Português e Castelhana é antiquíssimo, o que explica a quantidade e variedade de tradições linguísticas e culturais, de interferências e restos linguísticos, tanto de um lado como do outro da “raia”, heranças que, nos últimos anos, têm sido objeto de alguns projetos (Ferreira, 2015<sup>[2010]</sup>; Álvarez Pérez, 2013) de recolha bibliográfica e de documentação linguística e social ou de estudos de outras índoles. Em nenhum ponto da faixa fronteiriça, a situação linguística é no entanto comparável à existente em Barrancos, uma vez que nem a natureza nem as características da presença espanhola nesta vila raiana se resumem à simples interferência linguística. Como tão bem tem descrito María Victoria Navas Sánchez-Élez (Navas, 1992, 2011, 2017a) – a maior estudiosa do assunto junto com Leite de Vasconcelos (1955) –, em trabalhos que decorrem da imersão da autora na comunidade, o Barranquenho é um produto híbrido, que se distingue por apresentar, em vários aspetos dos seus níveis estruturais, traços das variedades meridionais de duas línguas românicas que convergiram num sistema local fruto de uma coexistência ao longo de séculos, numa comunidade cuja génese foi, também ela, mista. Em Barrancos estão presentes, ainda hoje, não duas, mas três línguas: o Barranquenho, língua familiar e comunitária, agregadora da identidade local; o Português, língua oficial, da escolarização e de prestígio; o Espanhol, a língua vizinha, cujo enraizamento na vila se deve quer à proximidade geográfica quer às relações familiares e laborais, quer, ainda, ao intercâmbio diário com os vizinhos espanhóis de Encinasola (Lorenzino, 2018).

As condições históricas<sup>2</sup>, humanas e sociais que configuraram a região de Barrancos (Navas, 2011: 25-34), – a indefinição da posse do território, ora em mãos castelhanas, ora portuguesas, o repovoamento por súbditos de Leão e Castela, numa geografia isolada e periférica, a fixação tardia da fronteira entre os dois reinos, separação que, na verdade, apenas se torna efetiva em 1926, quando se repartem as terras da chamada “Contenda”, que então já recebia o nome de Moura (Navas, 2011: 23), a distância em relação ao centro de poder e ao controlo exercido por este – constituíram o caldo de cultura em que se configurou a “idiosincracia linguística” (Navas, 2011: 34) da comunidade barranquenha.

## 2. Para uma política e planificação linguística do Barranquenho

À luz da investigação atual sobre comunidades multilingues e bilingues, é mais do que plausível a hipótese de terem ocorrido em Barrancos, por força das particulares condições da coexistência, aquisição e transmissão de duas línguas (Português e Castelhana), níveis de bilinguismo desigual e, bem assim, distintas representações sociais de cada uma delas, o que explicaria que desse contacto interlinguístico tenha resultado um fenómeno sociolinguisticamente complexo, que não se resume à interferência ou ao empréstimo lexical, conforme acontece em outros pontos da fronteira luso-espanhola. Evita-se aqui, propositadamente, a palavra “influência”, não porque esta não tenha existido, mas porque ela não reflete a interação inerente ao bilinguismo (Appel & Muysken, 2005: 138) e ao processo de contacto, tal como este é conceptualizado e estudado atualmente na linguística especializada em situações de “contacto linguístico”, já que à “influência” subjaz a ideia de que uma língua é superior à outra. Ora, independentemente do papel e do uso de cada uma das línguas na comunidade bilingue, importa considerá-las num processo de verdadeira interação, como aconteceu no caso de Barrancos.

O Barranquenho é um meio de comunicação diário e constante, sem distinção de classe social, idade ou sexo, refletindo, portanto, a coesão e identidade coletivas, já que serve para a vivência doméstica e social. Funciona e comporta-se como qualquer língua materna, vale dizer, a primeira a que estamos expostos e adquirimos num processo de transmissão natural, de pais para filhos, desenvolvendo-a no seio da família e da comunidade em que nascemos. Nesse sentido, o Barranquenho não difere de qualquer língua materna. Os seus falantes têm consciência da especificidade da sua fala, porque ela contrasta com a variedade alentejana com a

<sup>2</sup> Para a história de Barrancos, vejam-se Franco (2000), Cosme (2001), Navas (2011, 2017a), Ramos (2012).

qual partilha muitos traços; porém, não parecem ser igualmente conscientes da fragilidade inerente à transmissão oral numa comunidade em que tanto a demografia como as condições de vida se têm alterado significativamente nas últimas décadas. Por outro lado, também na perceção exterior, isto é, na dos forasteiros, sejam eles portugueses ou espanhóis<sup>3</sup>, o Barranquenho é visto como realidade diferente, que se reconhece facilmente quer pela particular entoação, quer pelos traços fonético-fonológicos, morfossintáticos e lexicais (Navas, 1992, 2011, 2017a; Amaral, 2016), precisamente os mesmos que, na década de 30 do século passado, José Leite de Vasconcelos, fundador da dialetologia portuguesa, descreveu como traços peculiares deste “falar” ou “dialecto fronteiriço” (Vasconcelos, 1955).

Falado pelos residentes (cerca de 1300) e pelos que migraram para outras regiões do país, em concreto para os arrabaldes de Lisboa, o Barranquenho, pese embora ter certamente séculos de existência e estar vivo tanto na esfera privada como no espaço público, corre o risco de ser assimilado pela língua maioritária, o Português, devido a fatores que escapam ao controlo quer dos falantes quer do poder local. Um deles é o decréscimo e o envelhecimento da população. De acordo com o *Diagnóstico social de Barrancos* (2019), entre 1900 e 2017, na faixa de população acima dos 65 anos houve um aumento de 108 para 365 e, no mesmo período, na faixa dos 15 aos 24, houve um decréscimo de 425 para 128. O mesmo *Diagnóstico* indica que, de 1981 a 2011, a população entre os 15 e os 24 anos teve uma redução de 38,8%, e que, no mesmo intervalo, o grupo etário dos 0-14 diminuiu quase para metade (47,21%). A estes dados pouco positivos, soma-se, por um lado, a mobilidade dos jovens que, para frequentarem o ensino secundário, se deslocam até localidades da região (Moura, Beja, Serpa, Vidigueira), e, por outro, o facto de uma parte da população ativa ter de sair do concelho para arranjar trabalho. Se, por si sós, estes aspetos já são pouco auspiciosos, o cenário negativo completa-se com a pressão exercida pelo Português, língua oficial e maioritária, veículo da educação, investida do prestígio associado à standardização e elaboração histórica. Neste contexto de alteração profunda, talvez irreversível, das condições que sustentaram a transmissão do Barranquenho, dificilmente esta variedade minoritária, ágrafa e não-estandardizada, resistirá por muitas mais gerações.

<sup>3</sup> Segundo informação da Câmara Municipal de Barrancos, nas escolas da vila há 141 os alunos: 38, no pré-escolar (38); 42, no 1º ciclo; 25, no 2º ciclo; 36, no 3º ciclo. Há 51 alunos a frequentar o secundário fora de Barrancos: 32, no ensino secundário regular, em Moura (31 em Moura e 1 em Beja), e 19, no ensino profissional (Moura, Serpa, Vidigueira, Beja).

Com efeito, embora o Barranquenho tenha chegado ao século XXI graças ao isolamento da vila (cf. 2), é a própria situação interna que constitui uma ameaça à sua sobrevivência. Ora, o seu desaparecimento traduzir-se-á na perda de uma parcela da diversidade linguística da Península Ibérica e, por extensão, da riqueza cultural, não só deste território como também de toda a Europa (Kortmann & Van der Auwera, 2011; Jones, 2013). Esta situação justifica, à luz de todas as recomendações de organismos internacionais (UNESCO, União Europeia), a adoção de medidas urgentes para a sua preservação e valorização (Correia, 2019; Navas, 2019; Navas & Gonçalves, 2018, 2020; Navas, Gonçalves & Themudo Barata, 2021), empresa que tem de assentar numa decisão política. Tais medidas, ademais de reforçarem a consciência linguística dos falantes, visam facultar à comunidade instrumentos de desenvolvimento linguístico do Barranquenho que o tornem hábil para todas as formas de comunicação e enraizem a sua transmissão intergeracional.

Dado o carácter único do Barranquenho no contexto da diversidade linguística, cuja riqueza tem valor universal, é também objetivo das referidas medidas possibilitar que este património seja reconhecido como língua, quer no plano nacional, quer no internacional, o que também reforçará a afirmação da identidade de Barrancos, potenciando atividades sociais e económicas.

A adoção de medidas de proteção e valorização inscreve-se em áreas de intervenção **nas / sobre** as línguas conhecidas como “política da língua” (ou “política linguística”) e “planificação linguística”, disciplinas do âmbito da Linguística Aplicada que emergiram na década de 60 do século XX (Haugen, 1959, 1966), tiveram, significativa expansão teórica nas décadas seguintes (Haugen, 1972, 1983; Cobarrubias & Fishman (Eds. 1983); Cooper, 1989; Kaplan & Baldauf, 1997, entre outros), e que, por procurarem responder a problemas práticos suscitados por fenómenos como a globalização, as migrações, o ensino em contextos multilingues ou bilingues, a multiplicação das ameaças à diversidade cultural e linguística dos povos e comunidades, são atualmente disciplinas bem implantadas<sup>4</sup> (Appel & Muysken, 2005; Maclelland, 2020), ainda que os especialistas apontem vários problemas conceptuais, terminológicos e metodológicos. Em conjunto, aquelas áreas de trabalho decorrem da vontade política de atuar sobre as línguas, de as regular e gerir como bens de interesse coletivo e universal, intuito que requer, como é evidente, a participação de especialistas (linguistas). Assim, face ao quadro teórico e metodológico

<sup>4</sup> Sobre as diferentes perspetivas, até 2008, na área da planificação linguística, veja-se a excelente síntese de Amorós Negre (2008).

das referidas áreas e ao seu campo de atuação, a definição de uma política e planificação para o Barranquenho, capaz de lhe proporcionar proteção e recursos de várias naturezas, requer uma ação concertada entre os agentes do poder político com competências (jurídicas e outras) para intervir na matéria e, é claro, os linguistas, a quem cabe criar e executar tarefas de natureza (meta)linguística, necessárias numa comunidade de fala não homogénea, como as referidas por Cooper (1989: 30): “the activity of preparing a normative orthography, grammar, and dictionary for the guidance of writers and speakers in a non-homogeneous speech community”.

Note-se que, para produzirem efeitos, as ações de política e planificação linguísticas demandam igualmente a participação ativa da comunidade depositária da tradição oral, porque a ela se destinam as medidas aprovadas pelos políticos e desenhadas pelos linguistas, mas sem ela nenhuma política alcançará os objetivos práticos que motivam uma intervenção na/sobre a língua. À política linguística é inerente, quase por definição, uma “ideologia” (Blommaert, 1999; Geeraerts, 2003; Maclelland, 2020) que, como adiante se verá, traça e orienta a visão da língua e, por extensão, da comunidade que a fala.

## 2.1. Conceitos e problemas

A “política linguística” (“language policy”) emerge, como referido atrás, nos anos 60 do século XX, numa fase de mudança de paradigma, já que o anterior modelo estruturalista, cujas conceções desenraizavam as línguas do seu contexto sócio-histórico, não respondia bem aos problemas levantados pelos estudos pós-coloniais, nem às realidades de comunidades ou países multilingues recém-saídos de processos de descolonização e nos quais os decisores políticos optaram por uma língua oficial. A política linguística é, pois, um campo da sociolinguística (Haugen, 1966) que, precisamente por perspetivar as línguas como entidades sociais ou coletivas, intervém em situações e contextos em que, a par da língua, estão em causa aspetos de natureza antropológica, sociológica, étnica e cultural. Segundo Kaplan e Baldauf (1997: xi), a política linguística é um conjunto de ideias, leis, regulamentos, regras e práticas orientadas a mudar a situação da língua “planificada” na sociedade, grupo ou sistema em que esta existe. Assim, a política linguística é ditada, em geral, por um governo nacional que promulga leis e outras formas de regulação da língua, assina acordos e outros instrumentos de cooperação internacional (veja-se o Acordo Ortográfico 90), cria e financia organismos que concretizem aspetos específicos dessa política (Institutos, Conselhos, etc.). No entanto, essa política também pode ser desencadeada por autoridades locais que

pretendem salvaguardar uma língua regional (veja-se o caso do Mirandês<sup>5</sup> reconhecido a 17 de setembro de 1998, pela Assembleia da República, como língua cooficial, numa iniciativa concertada entre Deputados eleitos por Bragança e o poder local) ou de um dialeto em risco de extinção.

Forjado por Einar Haugen (1959: 8), a propósito do norueguês não estandardizado, o conceito de “planning” (planificação) passou a identificar um conjunto de atividades orientadas para as línguas nacionais ou regionais, principalmente para as que têm muitos fatores de risco, por serem minoritárias e minorizadas ou por estarem sujeitas à pressão de outra(s) em comunidades multilingues ou bilingues.

A planificação linguística pressupõe, tal como referido atrás, a existência de uma agenda política centrada na língua ou na variedade que, em determinado país, nação ou região, se pretende revitalizar, promover ou reconhecer com estatuto diferente, o que passa por iniciativas legislativas, educativas e sociais para dotar as comunidades de instrumentos que fomentem o uso da língua entre as várias faixas etárias e em diferentes âmbitos da comunicação oral e escrita.

Nas últimas duas décadas, são várias as organizações internacionais que, consagrando a diversidade linguística como uma das maiores riquezas culturais da humanidade, têm fixado princípios e linhas de ação, cuja aplicação prática cabe aos políticos e outros agentes oficiais, por forma a salvaguardar e, sobretudo, materializar os “direitos linguísticos” (UNESCO) e culturais das comunidades humanas. Aprovada a 17 de outubro de 2003, a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO* estabelece, com efeito, princípios gerais aplicáveis às mais diversas manifestações culturais intangíveis, abrangendo, de algum modo, as línguas, já que estas suportam “tradições e expressões orais”, conforme dispõe o seu artigo 2º (secção a)), onde se menciona o “idioma como veículo do património imaterial cultural” (Smeets, 2004). A Convenção da UNESCO (2003) facultou, assim, à escala global, um quadro referencial para a salvaguarda do património oral, quadro esse que, na verdade, se vinha desenhando desde a década de 90 do século passado, em reuniões internacionais das quais saíram documentos relevantes para a proteção das línguas. Foi o caso da *Declaração Universal dos Direitos Colectivos dos Povos*, aprovada na Conferência de Nações sem Estado de Europa (CONSEU), que se realizou em Barcelona, e em cujo título II (artigo 9º) se sancionava o direito de qualquer povo a “expressar e a desenvolver a sua cultura, a sua língua e as suas normas de organização” e, pouco depois, em 1996, foi também o caso da *Declaração Universal de Direitos*

<sup>5</sup> A este reconhecimento reagiu Fernández Rei (2014), desejando que o Barranquenho viesse a ser “terceira língua oficial de Portugal”.

*Linguísticos* (artigos 7º, 8º e 9º), na qual se estabelecem os direitos dos grupos humanos em matéria de “expressão da sua identidade coletiva, de coesão, identificação, comunicação e expressividade criadora”, assim como o direito a dispor de meios para assegurar quer o uso, quer a transmissão e projeção futura da língua, e, ainda, o direito a “codificar, estandardizar, preservar, desenvolver e promover o seu sistema linguístico, sem interferências induzidas ou forçadas” (art.º 9º).

## 2.2. Língua ameaçada: fatores de risco

Os direitos atrás referidos, que não dependam do estatuto de língua oficial ou cooficial, nacional, regional ou local, nem tampouco do número de falantes, da extensão geográfica ou da existência de uma tradição escrita, têm enorme importância no tocante às línguas (e variedades) “minoritárias” e “ameaçadas”<sup>6</sup>, visto serem as que correm mais riscos de diluição ou extinção. Não são, contudo, línguas “menores”, ainda que sejam, não raro, minorizadas por terem uso restrito a pequenas comunidades, rurais, associadas a estilos de vida e economias tradicionais, não urbanos, em geral mais pobres, e por terem uma expressão unicamente oral. É claro que nem a consagração de direitos linguísticos, visando embora proporcionar uma moldura de salvaguarda da diversidade, nem a política linguística garantem a inversão (Fishman, 1991) da situação em que se encontram muitas línguas, tanto mais que, de acordo com a *Linguistic Society of America* (<https://www.linguisticsociety.org/content/what-endangered-language>), 80% das existentes no mundo desaparecerão durante o próximo século, algumas delas substituídas pelo Inglês, o Espanhol, o Português, o Chinês mandarim, o Russo, o Indonésio, o Árabe, o Suahíli e o Hindi. Este cenário dramático, que fica bem plasmado no *Atlas of the World's Languages in Danger* (Moseley, 2010), assenta no facto de qualquer língua com menos de 5000 falantes estar em perigo de extinção (*Ethnologue*; Navas, Gonçalves & Themudo Barata, 2021). Línguas ágrafas, com baixa demografia, arredadas do meio escolar, sob pressões de vários tipos, em comunidades desfavorecidas ou em situação difícil do ponto de vista étnico, social e político, dificilmente resistirão e, por isso, a tarefa de “documentação”, para memória futura, é um imperativo nos nossos dias.

Como expressão da cultura de Barrancos, vale dizer, de uma forma de estar e pensar, fruto de um meio humano e social híbrido, com experiências muito próprias, numa fronteira que mais unia do que separava, onde a circulação de pessoas de um lado para o outro acontecia naturalmente, sem

<sup>6</sup> Na Catalunha, existe um grupo que procura dar visibilidade a essas línguas, além de promover o seu estudo: *Grup d'Estudi de Llengües Amenaçades* (<http://www.gela.cat>).

grandes barreiras naturais, ao Barranquenho aplicam-se não só os direitos atrás referidos mas também, ao menos em parte e *mutatis mutandis*, as anteriores considerações sobre a extinção das línguas. A sobrevivência do Barranquenho dependerá, com efeito, das condições de vida da comunidade, numa das regiões mais desertificadas da Europa, em que a escassa oferta laboral não propicia a fixação das próximas gerações de falantes.

Apesar destas dificuldades, os dados do inquérito realizado por Victor Correia (2019), em 2014, demonstram o apego da comunidade barranquenha à sua tradição oral, o que permite reclamar o direito à coesão e identidade coletivas enraizadas na língua local. Senão vejamos. Segundo o autor (Correia, 2019: 175), por um lado, 80,8% dos inquiridos (num total de 52) “gosta de mostrar como é o Barranquenho”, percentagem que contrasta com os 17,3% que admitem ter “alguma vergonha” em falá-lo com estranhos, e, por outro lado, 65,5% desses falantes reconhecem que o Barranquenho se fala menos atualmente, sendo que 86,5% concordam com a hipótese de receber proteção oficial. Reveladores de uma autoestima linguística que não é inequivocamente positiva, tanto os dados obtidos por Navas (2015a) como os de Correia (2019) denunciam que urge robustecê-la mediante ações dirigidas às várias gerações, de molde a incrementar e sedimentar essa autoestima (Navas, 2015a; Navas & Gonçalves, 2020), envolvendo a comunidade no processo de valorização. Por último, é de salientar que os dados acima traduzem os sentimentos contraditórios que não raro mostram os falantes de línguas minoritárias, não sendo os barranquenhos uma exceção.

As respostas ao inquérito de Correia (2014, 2017), tal como a investigação anteriormente desenvolvida por María Victoria Navas (2011: *passim*; 2015a; 2017a: *passim*), revelam, de facto, atitudes linguísticas que, somadas a outros fatores, denunciam uma situação sociolinguística que compromete a persistência do Barranquenho, apesar da transmissão intergeracional ainda existente. A perceção interna e externa sugere que essa transmissão tem mantido, até agora, a vitalidade do Barranquenho; porém, de acordo com o *Ethnologue* (<https://www.ethnologue.com/>), também este fator deve ser objeto de ponderação, pois é preciso avaliar se a maioria das crianças da comunidade aprende e usa, realmente, a língua, pois nelas se depositam os destinos das línguas em geral. No entanto, por mais que o referido fator de transmissão intergeracional seja relevante, a vitalidade tem de ser avaliada em conjunto com outros fatores, conforme indica a UNESCO (2003, 2011), motivo por que, no caso do Barranquenho, importa criar condições para este poder responder razoavelmente a uma constelação de fatores (cf. Figura 1).

Em 2003, a UNESCO publica um documento intitulado “Language Vitality and Endangerment”, segundo o qual são seis os fatores contemplados na avaliação da vitalidade e do risco de extinção, a saber: 1) trans-

missão intergeracional da língua; 2) número absoluto de falantes; 3) proporção de falantes no conjunto da população; 4) mudanças nos âmbitos de uso da língua; 5) resposta a novos âmbitos e meios; e 6) disponibilidade de materiais para a aprendizagem e o ensino da língua. A Comissão de peritos salientava que nenhum destes fatores deveria aplicar-se isoladamente, pois uma língua bem posicionada à luz de um deles poderia carecer, contudo, de atenção imediata e urgente. São vários os autores – entre eles, o sociolinguista Joshua Fishman (1991) – que, desde a década de 90 do século passado, sublinham o papel da transmissão geracional de uma língua, se bem que este fator por si só não constitua condição suficiente para garantir a vitalidade das línguas, porquanto a preservação destas, sobretudo das minoritárias e ameaçadas, é um processo complexo que requer uma análise multifatorial, e, por extensão, abordagens multidisciplinares que deem respostas integradas ou holísticas à situação de cada comunidade. Em 2011, aos anteriores seis fatores, a UNESCO acrescentou outros três (UNESCO, 2011; cf. figura 1), a saber, (7) Atitudes e políticas linguísticas do governo e das instituições, incluindo o estatuto oficial e o uso; (8) Atitudes da comunidade a respeito da própria língua e (9) Quantidade e qualidade da informação, sendo que cada um dos nove fatores passou a ser ponderado segundo uma escala de 5 (ótima situação) a 0 (péssima situação).

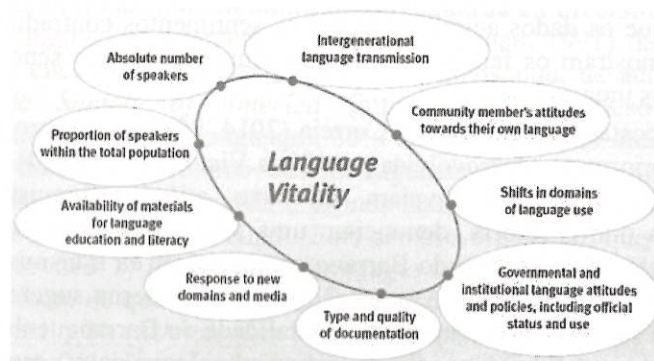


Figura 1 – UNESCO, *Language vitality and endangerment* (<http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/endangered-languages/language-vitality/>)

Relativamente ao Barranquenho, não dispomos de dados rigorosos e atualizados (Correia, 2014, 2017)<sup>7</sup> que permitam avaliar e ponderar os mencionados nove fatores, por forma a que ele seja posicionado na escala

<sup>7</sup> O inquérito realizado por Victor Correia em 2014 permitiu recolher respostas de 52 informantes, universo suficiente para o objetivo do autor (tese de doutoramento), embora não proporcione um retrato completo da vitalidade do Barranquenho.

de perigo proposta pela UNESCO. No entanto, quer os dados existentes, quer a perceção externa evidenciam, por um lado, a transversalidade social do Barranquenho e a já referida transmissão entre gerações, e, por outro, a fragilidade da atitude dos falantes a respeito dele, muito embora as mulheres, principais “depositárias” da língua, a falem com mais frequência que os homens (Navas, 2013; 2015a, 2017b), fatores que talvez, num curto prazo, não sustentem esta tradição oral. De facto, se o Barranquenho não responder de forma razoavelmente positiva a fatores como a existência de documentação de vários tipos e de recursos didáticos e a presença nos novos meios, a perda pode ser irreversível. Como todos estes aspetos dependem da “grafização” (Appel & Muysken, 2005: 65) – isto é, a transição do modo oral para o modo escrito da língua –, processo que uns autores incluem na “gramatização”<sup>8</sup> e outros, ainda, chamam simplesmente de codificação gráfica (vale dizer, escrita regulada ou ortografia), o perigo é real.

Assim, sem escrita e sem instrumentos standardizadores e codificadores – ortografia, gramática, dicionário –, que lhe deem acesso a diferentes âmbitos de comunicação, a par da visibilidade e do reconhecimento externos, o Barranquenho encontra-se em situação de fragilidade. No tocante ao fator disseminação da língua na comunidade, a perceção interna e também a externa apontam para uma resposta positiva, se bem que, na falta de dados rigorosos, não se possa aquilatar a proporção exata de falantes de Barranquenho. Do ponto de vista social, antropológico e cultural, a perda (involuntária) do Barranquenho poderá ter efeitos no futuro de Barrancos, embora disso não se apercebam os barranquenhos, porque essa perda, conforme sublinha a *Linguistic Society of America*, não deixará de ser sentida como um apagamento da identidade local e um símbolo de uma derrota coletiva (*Linguistic Society of America*, <https://www.linguisticsociety.org/resource/endangered-languages>).

## 2.2. Natureza, situação e estatuto do Barranquenho

Valorizar o Barranquenho pressupõe, antes de mais, defini-lo como realidade linguística. O sistema barranquenho, devido a características simultaneamente estruturais mas também culturais, pode e deve ser analisado no âmbito dos estudos do “contacto linguístico” (Navas, 2011, 2017a) e das “línguas mistas” (Clements, Amaral & Luís, 2008; Clements & Lorenzino, 2006), conceito que aqui se toma numa versão fraca, equivalente de “hibridação” (Lorenzino, 2018). Pondo de remissa a questão

<sup>8</sup> Com este termo denomina-se a elaboração da gramática de uma língua, processo ao qual subjaz, primeiro, a existência de uma escrita, e, depois, a seleção de variedade de referência e a codificação desta.

dos modelos tipológicos, aceita-se a definição proposta por Thomason (2003: 21), para quem “A mixed language is a language whose grammatical and lexical subsystems cannot all be traced back primarily to a single source language”. Assente no conceito histórico de relação genética, esta definição aceita que todas as línguas registaram, em certa medida, mudanças induzidas pelo contacto, o que permite atender a fatores sociais e linguísticos que explicam a emergência de línguas mistas estáveis. A referida definição é vantajosa, não porque a revisão crítica das perspetivas em confronto seja estéril, mas antes porque não é nítida a linha separadora entre línguas mistas (Bakker, 2015) e línguas não-mistas, consoante denotam, entre outros, os trabalhos reunidos no volume intitulado “Mixed Languages Debate” (Matras & Bakker (2003) e estudos como os de Bakker (2015) e Meakens (2018). Nas últimas décadas, vários autores (Clements, Amaral & Luís, 2011), tendo presentes as teorias tipológicas à volta quer dos pidgins e crioulos, quer das chamadas “bilingual mixed languages”, têm propugnado a natureza mista do Barranquenho a partir da reestruturação (veja-se neste volume o capítulo de Amaral, Clements & Garrett) decorrente de um bilinguismo assimétrico entre Português e Castelhana.

O Barranquenho, tal como muitas outras línguas, dialetos ou variedades, não passou por uma standardização, processo que, segundo Haugen (1966, 1983), se desenvolve em quatro dimensões não necessariamente sucessivas, porquanto podem ocorrer em paralelo: a “seleção” (escolha das variantes configuradoras de uma variedade comum ou neutra, uma “koinè” ou estándar), a codificação (fixação de um “padrão” ou norma plasmada em instrumentos como a ortografia, a gramática, o dicionário), a elaboração (desenvolvimento de documentação escrita e uma literatura) e a implementação (aceitação e disseminação da variedade comum e normativa graças ao ensino e outros meios). A ausência de uma “grafização”<sup>9</sup>, como já se referiu, é um óbice ao uso do Barranquenho em domínios e formas de comunicação diversificados e elaborados. O acesso tardio à escrita e, por extensão, à standardização, é um processo complexo, pois, como salienta Ouane (1991: 1) “the societies shifting now from a predominantly oral system to a written one cannot afford to borrow the same lengthy way”. Além disso, como esse processo é voluntário, logo, artificial, tanto mais que assenta numa decisão política, são muitas as forças contrárias ao reconhe-

<sup>9</sup> Os barranquenhos já realizaram experiências de “grafização” e, ainda que essas experiências não tenham a consistência de uma convenção no quadro de uma política e planificação linguísticas bem definidas, revelam a identidade linguística local. Essa “grafização” aconteceu, por exemplo, quando, para reclamarem o direito secular às touradas de morte, escreveram cartazes escritos na variedade local e, mais recentemente, quando Câmara Municipal fixou placas toponímicas com nomes de algumas ruas em Barranquenho.

cimento, revalorização e alteração estatutária de realidades linguísticas consideradas “dialetos”. Com efeito, a *European Charter of Regional or Minority Languages* (1992) exclui explicitamente os dialetos das medidas de apoio. Nessa Carta, as línguas regionais ou línguas minoritárias são definidas como as “i. traditionally used within a given territory of a State by nationals of that State who form a group numerically smaller than the rest of the State’s population; and ii. different from the official language(s) of that State; it does not include either dialects of the official language(s) of the State or the languages of migrants (*European Charter*, 1992, art.1; Kortmann & Vaan der Auwera, 2011: 549). Com vista à promoção das línguas minoritárias, a Carta Europeia contempla cem medidas de diferentes áreas – educação, autoridades judiciais, autoridades da administração e serviços públicos, media, atividades culturais e outras, vida económica e social, intercâmbios transfronteiriços –, sendo que os Estados, ao ratificarem a Carta, se comprometem a respeitar pelo menos 35 medidas. Vários aspetos do teor da Carta foram depois explanados no seu “Relatório explicativo”. Embora a citação seja longa, vale a pena atentar no esclarecimento sobre o conceito de língua na Carta Europeia (Relatório, 1992: 5):

O conceito de língua tal como empregue na Carta concentra-se primariamente na função cultural da língua. Esta é a razão pela qual não é definido subjetivamente de tal modo que consagre um direito individual, qual seja o direito de falar “a sua própria língua”, deixando-se a cada individuo a definição dessa língua. Também não se confia numa definição político-social ou étnica pela descrição de uma língua como o veículo de um grupo social ou étnico particular. Em consequência, a Carta está em medida de se abster de definir o conceito de minorias linguísticas, uma vez que a sua finalidade não é a de definir os direitos de grupos étnicos e/ou culturais, mas de proteger e de promover as línguas regionais ou minoritárias enquanto tais.

Ora, como a Carta não amparava as aspirações de muitas minorias linguísticas, assistiu-se na Europa a um movimento ao qual Maclelland (2010: 11-12) chama de reconceptualizações da fronteira dialeto-língua (“reconceptualizations of the dialect-language boundary”), levando a que várias comunidades aplicassem a ideologia subjacente quer à standardização, quer à codificação de línguas/dialetos regionais, que assim reforçaram os argumentos para uma alteração de estatuto.

É de salientar que Portugal não assinou a Carta Europeia das Línguas<sup>10</sup>, situação tanto mais surpreendente quanto se sabe que o documento

<sup>10</sup> Espanha assinou a Carta a 9 de abril de 2001, estando em vigor desde 1 de agosto do mesmo ano.

foi assinado e ratificado por países em que, ao contrário de Portugal, as línguas minoritárias são, em termos de política interna, um tema sensível. Até março de 2021, a Carta foi ratificada por 24 Estados (cf. *Chart of signatures and ratifications of Treaty 148 European Charter for Regional or Minority Languages*, Status as of 11/03/2021).

As dificuldades das línguas minoritárias regionais são, pois, as do Barranquenho, com a agravante de que os próprios falantes o denominam dialeto, rebaixamento que, apesar de inconsciente e involuntário, representa mais um fator endógeno de menorização e, nesse sentido, uma ameaça interna à sua sobrevivência.

### 2.2.1. Barranquenho: dialeto vs língua

As considerações tecidas até aqui conduzem inevitavelmente à questão do estatuto do Barranquenho. É um dialeto? Ou é uma língua?

Como já se adiantou, os barranquenhos costumam referir-se à sua fala como dialeto, o que possivelmente se deverá à influência da terminologia usada por Leite de Vasconcelos (Imagem 2) na *Filologia Barranquenha* (1955) – “falar” ou “dialeto de fronteira” –, embora a maioria dos barranquenhos não tenha certamente lido essa obra, a primeira em que se descreve o Barranquenho. O facto é que o termo dialeto circula entre os falantes que, no entanto, têm dificuldade em justificar o motivo de assim denominarem a sua expressão oral.

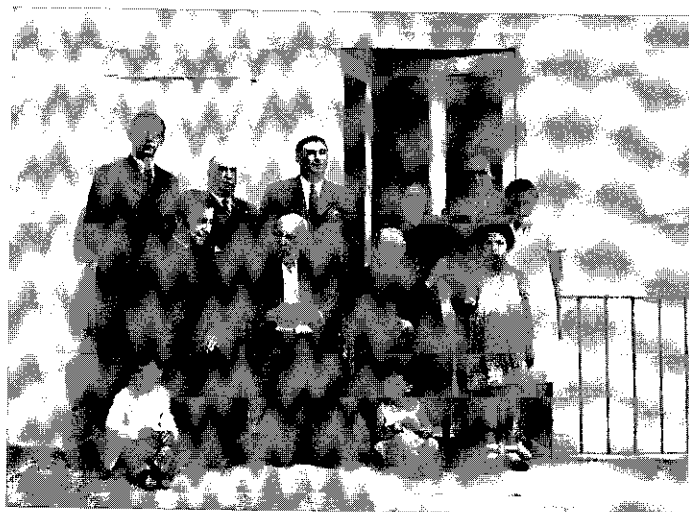


Imagem 2 – Leite de Vasconcelos em Barrancos

À época de Leite de Vasconcelos, que esteve em Barrancos na década de 30 do século passado (cf. Imagem 2), qualquer variedade, diatópica ou de outra natureza – também os crioulos integravam esse rol (Vasconcelos, 1901: 29-30) – era classificada como dialeto. Esta conceção assentava num “ideal nacional” (Haugen, 1966: 928), derivado da Revolução Francesa, segundo o qual a cada nação corresponde uma língua, o binómio “língua-nação” (Haugen, 1966; Joseph, Rutten e Vosters, 2020). Com efeito, a profusão de falas regionais representava uma babelização que contrariava a desejada unidade política de muitos territórios, motivando, inclusive, muitas tensões. Aquele binómio traduz, assim, um monolinguismo ideológico como reação ao plurilinguismo interno de vários estados. De acordo com essa visão, à língua cabe um papel social superior ao do dialeto (Haugen, 1966: 924), e, por isso, as realidades remetidas para o domínio deste, independentemente do grau de autonomia, da especificidade e da identidade coletiva, dependem de uma língua comum (padrão). É claro que a classificação dialetal proposta por Leite de Vasconcelos assenta, pois, numa conceção da língua que seria reconfigurada ao longo do século XX, graças, principalmente, às perspetivas abertas pela Sociolinguística.

Assim, na *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise* (1901), obra fundadora da dialetologia portuguesa, Leite de Vasconcelos refere-se ao Barranquenho como “falar especial” e aos seus falantes como os “barranqueiros”<sup>11</sup>, mas é na *Filologia Barranquenha* que, ademais de falar fronteiriço, usa o termo dialeto. Nas décadas de 40 e 50, Paiva Boléo (1951), cuja classificação difere da de Vasconcelos, reserva esse termo para situações como a das terras de Miranda (Mirandês) e a do Barranquenho, neste caso por apresentar influência espanhola. Esta classificação do Barranquenho como dialeto, no *Mapa Dialectal dos Dialectos, Falares e Variedades de Portugal Continental*, foi comentada por Lindley Cintra nos seguintes termos:

No mapa encontramos designados como dialectos somente o guadramilês, o rionorês e o mirandês – isto é, variedades locais não galego-portuguesas, pertencentes, como se sabe, ao domínio leonês, embora faladas em parcelas politicamente portuguesas desse domínio – e, colocado a par deles, **bastante inesperadamente**, o barranquenho, falar caracteristicamente português, alentejano, embora com alguns traços originais devidos à visível e forte influência do dialecto espanhol com que está em contacto (Cintra, 1971: 3).

<sup>11</sup> É este o nome gentílico usado por Vasconcelos (1901: 151): “une partie de ce que je vais dire se fonde sur ce que j'ai entendu de la bouche d'un *Barranqueiro* [...]”.



sua existência. A este propósito, salienta a *Linguistic Society of America* (<https://www.linguisticsociety.org/content/what-endangered-language>):

Because so many languages are in danger of disappearing, linguists are trying to learn as much about them as possible, so that even if the language disappears, all knowledge of the language won't disappear at the same time. Researchers make videotapes, audiotapes, and written records of language use in both formal and informal settings, along with translations.

In addition, they analyze the vocabulary and rules of the language and write dictionaries and grammars. Linguists also work with communities around the world that want to preserve their languages, offering both technical and practical help with language teaching, maintenance, and revival. This help is based in part on the dictionaries and grammars that they write. But linguists can help in other ways, too, using their experience in teaching and studying a wide variety of languages. They can use what they've learned about other endangered languages to help a community preserve its own language, and they can take advantage of the latest technology for recording and studying languages.

As experiências com comunidades linguísticas um pouco por todo o mundo, e bem assim as atuais perspetivas sociolinguísticas sobre a noção de língua (de contacto, mista, de fronteira), autorizam uma revalorização do Barranquenho e a mudança de estatuto contemplada na política e planificação que tem sido delineada nos últimos anos.

O marco inicial dessa política de preservação e valorização do Barranquenho foi a classificação do “dialecto barranquenho” como “Património Cultural Imaterial de Interesse Municipal”, a 24 de junho de 2008, classificação que, face aos argumentos atrás expostos, deverá ser agora objeto de uma revisão por parte do poder local, no contexto de uma política que, ademais da língua, visa preservar a cultura de Barrancos.

### 3. Rumos do Barranquenho: considerações finais

A definição de uma política linguística para a comunidade barranquenha, como já se salientou, ganhou expressão quando a Câmara Municipal, em 2008, na sequência de iniciativas e projetos anteriormente levados a cabo pela edilidade (Navas & Gonçalves, 2018; Navas & Gonçalves, 2020), e por sugestão de um grupo de investigadores da Universidade de Évora, do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa e da Universidade Complutense de Madrid, entendeu classificar o seu “dialecto”. Sem prejuízo de iniciativas anteriores, esta ação constitui o marco inicial da

explicitação de uma vontade de adotar uma política linguística para o Barranquenho.

Os investigadores das áreas da política e da planificação linguística estudam o desenvolvimento das chamadas “top-down and bottom-up policies” (Stemper & King, 2017; Deumert, 2001, 2004, 2009), que seguem vários modelos (Deumert, 2001). A política “top-down” consiste num conjunto ações e medidas que são decididas pelos agentes do poder para aplicação de comunidade; inversamente, a política “down-top” está associada a iniciativas desencadeadas por elementos da comunidade (associações e grupos de cidadãos, petições públicas, etc.), que acabam por mobilizar os dirigentes, locais ou nacionais, levando-os a aprovar atos legislativos (ou outros) que correspondam às aspirações linguísticas e culturais da comunidade. Mas os estudos da política e planificação atentam também na aplicação das medidas no terreno e no impacto que elas têm/tiveram nos planos local, regional e nacional, analisando igualmente as muitas dificuldades com as quais se confrontam os “fazedores” deste género de políticas, entre elas a resistência da comunidade ou de setores desta e outros problemas de ordem não linguística.

Por isso, a política desenhada pela Câmara Municipal em conjunto com investigadores das áreas do património cultural imaterial, da linguística e da documentação linguística – plasmada no “Programa de Preservação e Valorização do Património Cultural Barranquenho” –, compreende ações que visam envolver os falantes, fomentando a “lealdade” à língua (Appel & Muysken (2005: 20), melhorando as “atitudes linguísticas” já referidas (cf. 2.2.) e incrementando a sua autoestima, para que a comunidade seja o verdadeiro agente das medidas destinadas a proporcionar ao Barranquenho instrumentos capazes de contrariar os fatores de risco (cf. 2.2.). Nesse sentido, em paralelo às tarefas de planificação linguística (associadas à grafização, estandardização e codificação da língua), a cargo de uma equipa de linguistas que se articula com o poder local e com membros da comunidade, têm sido realizadas iniciativas que traduzem, precisamente, o investimento comunitário no processo de valorização interna e na visibilidade externa da língua e cultura barranquenhos.

Entre as ações de várias naturezas levadas a cabo nos últimos anos, refiram-se alguns exemplos, com impacto local, regional e nacional. Numa campanha feita em parceria com a Deltas Cafés, a Câmara Municipal deu visibilidade regional ao Barranquenho ao inscrever expressões barranquenhos em pacotes de açúcar que foram distribuídos pela referida empresa. Com o mesmo objetivo, nos últimos anos, o Dia da Língua Materna (21 de fevereiro) tem sido assinalado com um programa para vários públicos, incluindo programas de rádio, concursos de escrita em Barranquenho, palestras, entre outras atividades. Também está a decorrer uma recolha de tradições e de fotografias para documentar a língua e as

tradições locais, cujos resultados são disseminados na comunidade (e não só) por meio da *Rebihta Barranquenha*, boletim que a Associação A Estêva (Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Barrancos) publica desde agosto de 2020. Ao despertarem o interesse da comunidade para sua tradição, envolvendo-a na campanha de recolha, estas ações tentam melhorar as “atitudes linguísticas” dos falantes.

De acordo com Appel & Muysken (2005: 20), existem razões subjetivas, afectivas e sociais para que os falantes de uma minoria linguística, não obstante revelarem atitudes pouco positivas em relação à sua língua, ainda assim a valorizem. É o que se observa em grupos de emigrantes, em indivíduos que sentem orgulho em pertencer a dado grupo minoritário, mas também em comunidades que têm na língua e na cultura um elemento simultaneamente agregador e diferenciador, conferindo-lhes uma identidade coletiva reconhecível no plano regional e nacional.

No caso do Barranquenho, é claro que a comunidade de Barrancos acarinha quer a sua língua (embora lhe chame “dialeto”), quer a sua cultura<sup>12</sup>, conforme atestou em vários momentos. Mas é igualmente claro que, precisamente devido às contradições inerentes a uma fraca auto-estima linguística e à multiplicidade de fatores (endógenos e exógenos) que pressionam os falantes, a política para o Barranquenho despontou e está a afirmar-se como uma intervenção de “top-down”, ainda que assente na forte consciência popular (agregadora) da singularidade barranquenha, e bem assim no interesse coletivo em mantê-la viva. Se é verdade que só à comunidade cabe assegurar a desejada vitalidade do Barranquenho, não é menos certo que a grafização, a standardização e a codificação tardias são um processo “artificial”<sup>13</sup>, ao invés do processo histórico por que passaram o Português, o Espanhol e a maioria das línguas apoiadas pela ideologia (Blommaert, 1999; Ayres-Bennett et al., 2019; Maclelland, 2020) subjacente ao binómio “língua-nação”, e que, na atualidade, ainda está presente na discussão do multilinguismo e das políticas linguísticas.

Nenhum processo de grafização e standardização tardia é inócuo, levantando-se sempre problemas de ordem teórica e prática. Contudo, é

<sup>12</sup> A identidade cultural ficou patente na luta pelos touros de morte mas também se mostra na quantidade de associações recreativas e culturais existentes num vila com menos de 2000 habitantes.

<sup>13</sup> Na verdade, houve processos artificiais no desenvolvimento histórico de muitas línguas nacionais. Veja-se o caso do Italiano, por exemplo, que funciona como uma espécie de “koinè”, vale dizer, uma variedade supra-regional e unificadora perante a diversidade de línguas/variedades regionais. Vejam-se ainda, em território peninsular, a regulação standardizadora por que passaram, em pleno século XX, no período pós-franquismo, o Galego e Catalão.

uma intervenção necessária (voluntária, explícita e programada) sobre uma realidade linguística que, de outro modo, acabará por perder-se irremediavelmente, sem ao menos ver a sua memória salvaguardada.

### Referências bibliográficas

- Álvarez Pérez, X. A. (2013). A fronteira entre galego e português. A perspectiva portuguesa. In E. Gugenberger; H. Monteagudo & G. Rei-Doval (Eds.), *Contacto de linguas, hibrididade, cambio: contextos, procesos e consecuencias*, (97-136). Santiago de Compostela: Acedido a 12 de dezembro de 2020, em <https://minerva.usc.es/xmlui/handle/10347/9472>.
- Amaral, P. (2016). The present perfect borders: A study in language contact. *Journal of Pidgins and Creole Languages*, 31 (1), 16-41.
- Amorós Negre, C. (2008). Diferentes perspectivas en torno a la planificación lingüística. In I. Olza; M. Casado & R. González (Eds.), *Actas del XXXVII Simposio Internacional de la Sociedad Española de Lingüística (SEL)* (17-29). Pamplona: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Navarra.
- Appel, R. & Muysken, P. (2005). *Language Contact and Bilingualism*. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Auer, P. (2005). Europe's Sociolinguistic Unity, or: A Typology of European Dialect/Standard Constellations. In N. Delbecq; J. van der Auwera & D. Geeraerts (Eds.), *Perspectives on Variation*. Trends in Linguistics. Studies and Monographs (7-42). Berlin: Mouton de Gruyter.
- Auer, P. (2011). Dialect vs. standard: A typology of scenarios in Europe. In B. Kortmann & J. van der Auwera (Eds.), *The languages and linguistics of Europe. A comprehensive guide* (485-500). Berlin / New York: De Gruyter.
- Ayres-Bennett, W.; Bellamy, J.; Krogull, A.; McLelland, N.; Jiaye, W., & Zhao, H. (2019). Standard Languages, Norms and Variation: New Perspectives within a Multilingual Research Project". In T. Schoonheim & J. van Hoorde (Eds.), *Language Variation. A Factor of Increasing Complexity and a Challenge for Language Policy Within Europe*. Contributions to the EFNIL Conference 2018 in Amsterdam (67-81). Amsterdam: EFNIL.
- Bakker, P. (2015). Typology of mixed languages. In A. Y. Aikhenvald & R. M. W. Dixon (Eds.), *The Cambridge handbook of linguistic typology* (217-253). Cambridge: Cambridge University Press. Acedido a 9 de novembro de 2020, em <https://doi.org/10.1017/9781316135716.008>
- Blommaert, J. (1999). *Language Ideological Debates*. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter.
- Boléo, M. de P. (1951). Dialectologia e história da língua. Isoglossas portuguesas (com 8 mapas de isoglossas, traçadas com base em materiais do ILB). *Boletim de Filologia*, 12, 1-44.
- Câmara Municipal de Barrancos. (2019). *Diagnóstico social de Barrancos*, 3ª atualização. Barrancos: Câmara Municipal.

- Carta Europeia Para as Línguas Regionais ou Minoritárias – Relatório explicativo*. Strasbourg: Council of Europe, 5.XI.1992. Acedido a 13 de fevereiro de 2021, em <https://rm.coe.int/16806d3606>.
- Carvalho, A. M. (Org. 2009). *Português em contacto*. Linguística luso-brasileira 2. Frankfurt am Main: Vervuert/ Iberoamericana.
- Carvalho, A. M. & Lucchesi, D. (2016). Portuguese in contact. In W. L. Wetzels et al. (Eds.), *The Handbook of Portuguese Linguistics* (41-55). Malden/Oxford: Wiley Blackwell.
- Chart of signatures and ratifications of Treaty 148 European Charter for Regional or Minority Languages*. Strasbourg: Council of Europe. Status as of 17/03/2021. Acedido em 9 de março de 2021, em <https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/treaty/148/signatures>.
- Cintra, L. F. L. (1971). Nova Proposta de Classificação dos Dialectos Galego-Portugueses. *Boletim de Filologia*, 22, 81-116.
- Clements, J. C. (2009). Barranquenho. In *The linguistic legacy of Spanish and Portuguese: Colonial expansion and language change* (190-209). Cambridge: Cambridge University Press.
- Clements, J. C. & Lorenzino, G. (2006). The contact situation in Barrancos, Portugal. In *Annual Meeting of the Society for Pidgin and Creole Languages* (Albuquerque NM, 5-8 de Janeiro) [Comunicação].
- Clements, J. Cl.; Amaral, P. & Luís, A. R. (2007a). Continuidade e inovação na morfossintaxe do Barranquenho”. In Á. Marcos de Dios (Ed.), *Aula Ibérica. Actas de los congresos de Évora y Salamanca (2006-2007)* (305-316). Salamanca: Universidad de Salamanca.
- Clements, J. Cl.; Amaral, P. & Luís, A. R. (2007b). El barranqueño: una lengua de contacto en Iberia. *Estudios Portugueses: Revista de Filología Portuguesa*, 7, 37-46.
- Clements, J. Cl.; Amaral, P. & Luís, A. R. (2008). Cultural identity and the structure of a mixed language: The case of Barranquenho. *Proceedings of the Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society (BLS)* 34, Special session on Pidgins, Creoles, and Mixed Languages. Acedido a 14 de dezembro de 2020, em <https://scholarworks.iu.edu/dspace/handle/2022/24680>.
- Clements, J. C.; Amaral, P. & Luís, A. (2011). Spanish in contact with Portuguese: the case of Barranquenho. In M. Díaz Campos (Ed.), *The Handbook of Hispanic Sociolinguistics* (395-416). West Sussex: Wiley-Blackwell.
- Cobarrubias, J. & Fishman, J. A. (Eds.). (1983). *Progress in Language Planning: International Perspectives* (269-289). Berlin: Mouton (Reimpr. De Gruyter, 2012).
- Coelho, A. M. (1999). *O castelo de Noudar. Fortaleza medieval*. Águeda: Câmara Municipal de Barrancos.
- Coll, M. (2009). Bilinguismo sem diglosia: O português e o espanhol no norte do Uruguai no século XIX. In A. M. Carvalho (Org.), *Português em contacto* (237-256). Frankfurt am Main: Vervuert/ Iberoamericana.

- Cooper, R. (1989). *Language planning and social change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Correia, V. M. D. (2014). *Inquérito realizado em Barrancos no âmbito de tese de doutoramento* [inédito].
- Correia, V. M. D. (2019). O barranquenho: urgência de uma política linguística? *Revista de Filologia Românica*, 36, 169-178. Acedido a 14 de setembro de 2020, em <https://revistas.ucm.es/index.php/RFRM/article/download/63511/4564456549394>.
- Cosme, J. (2001). *Fontes para a história de Barrancos: registos paroquiais 1674-1704*. Barrancos: Câmara Municipal.
- Deumert, A. (2001). ‘Language planning: Models’. In R. Mesthrie (Ed.), *Concise Encyclopedia of Sociolinguistics*, (644-647). Amsterdam / Amsterdam: Elsevier.
- Deumert, A. (2004). *Language Standardisation and Language Change. The Dynamics of Cape Dutch*. Amsterdam: Benjamins.
- Deumert, A. (2009). Language planning and policy. In Mesthrie, R.; Swann, J.; Deumert, A. & William L. L. (Eds.), *Introducing Sociolinguistics* (2nd ed.) (384-418). Amsterdam / Edinburgh: John Benjamins / Edinburgh University Press.
- Elizaicín, A. (1992). *Dialectos en contacto: español y portugués en España y América*. Montevideo: Arca.
- Ethnologue*. Acedido a 22 de dezembro de 2020, em <https://www.ethnologue.com/>.
- European Charter for Regional and Minority Languages (European Treaty Series – No. 148)*. Strasbourg; Parlamento Europeu, 5.11.1992. Acedido a 28 de junho de 2020, <https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/rms/0900001680695175>.
- Explanatory Report to the European Charter for Regional or Minority Languages*. Strasbourg: Council of Europe, 5.XI.1992. Acedido a 23 de março de 2021, em <https://rm.coe.int/16800cb5e5>.
- Fernández Rei, F. (2014). O barranqueño terceira língua oficial de Portugal? *ProLingua*. Acedido a 19 de junho de 2020, em <https://www.facebook.com/ProLinguaGalega/posts/10152770059504300>.
- Ferreira, M. Barros (Coord.) & González Salgado, J. A. (Eds.). (2015). *Bibliografia Língua e História na Fronteira Norte-Sul*, 2ª ed. revista e ampliada. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. Acedido a 15 de julho de 2020, em [https://issuu.com/cam\\_mertola/docs/bibliografia\\_lingua\\_e\\_cultura\\_fron](https://issuu.com/cam_mertola/docs/bibliografia_lingua_e_cultura_fron).
- Ferreira, M. Barros & Raposo, M. (Coords.). (1999). *Convenção ortográfica da língua mirandesa*. Miranda do Douro / Lisboa: Câmara Municipal de Miranda do Douro / Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.
- Ferreira, V. & Bouda, P. (2009). Minderico: an endangered language in Portugal. In Austin P. K.; Bond, O.; Charette, M.; Nathan, D. & Sells, P. (Eds.), *Proceedings of Conference on Language Documentation and Linguistic Theory*, 2, (95-106). London: SOAS.

- Ferreira, V.; Vicente, F.; Vicente, P. & Bouda, P. (2012). *Para uma abordagem às línguas ameaçadas na Europa. Reflexões sobre a política da língua e os contributos das tecnologias da língua*. Centro Interdisciplinar de Documentação Linguística e Social. Jornadas Europeias do Património. Acedido a 23 de maio de 2017, em [www.cidles.eu](http://www.cidles.eu).
- Fishman, J. A. (1991). *Reversing Language Shift: Theoretical and Empirical Foundations of Assistance to Threatened Languages*. Clevedon/Philadelphia: Multilingual Matters.
- Fonseca, J. P. C. de. (1983). *Uma vila quase independente: Barrancos*. Dissertação de Licenciatura em Antropologia. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas [trabalho inédito].
- Franco, N. (2000). *O porquê de Barrancos, Amareleja* (Edição do autor).
- Geeraerts, D. (2003). Cultural Models of Linguistic Standardization. In R. Dirven; R. Frank; & M. Pütz (Eds.), *Cognitive Models in Language and Thought. Ideology, Metaphors and Meanings* (25–68). Berlin: Mouton de Gruyter (Reimpr. 2006, *Words and other Wonders. Papers on Lexical and Semantic Topics*, pp. 272-306). Berlin: Mouton de Gruyter.
- Golovko, E. V. (2003). Language contact and group identity: The role of 'folk' linguistic engineering. In Matras, Y. & P. Bakker (Eds.), *The mixed language debate: Theoretical and empirical advances* (177-208). Berlin: Mouton de Gruyter.
- Grup d'Estudi de Llengües Amençades. Acedido a 15 de dezembro de 2020, em <http://www.gela.cat>.
- Haugen, E. (1959). Planning for a standard language in Norway. *Anthropological Linguistics*, 1 (3), 8-21.
- Haugen, E. (1966). Dialect. Language. Nation. *American Anthropologist*, 68, 929-935.
- Haugen, E. (1972). The ecology of language. In *The Ecology of Language. Essays by Einar Haugen. Selected and introduced by A. S. Dil*. Stanford: Stanford University Press.
- Haugen, E. (1983). The Implementation of Corpus Planning: Theory and Practice. In J. Cobarrubias, & J. A. Fishman (Eds.), *Progress in Language Planning: International Perspectives* (269-289). Berlin: Mouton (Reimpr. De Gruyter, 2012).
- Jones, M. P. (2013). *As línguas ameaçadas de extinção e a diversidade linguística na União Europeia*. Parlamento Europeu: Direção-Geral das Políticas Interiores / Departamento Temático B (Políticas estruturais e de coesão). Acedido a 12 de setembro de 2020, em <http://www.europarl.europa.eu/studies>.
- Joseph, J. E.; Rutten, G. & Vosters, R. (2020). Dialect, language, nation: 50 years. *Language Policy*, 19, 161-182.
- Kaplan, R. B. & Baldauf, R. B. (1997). *Language planning from practice to theory*. Clevedon: Multilingual Matters.

- Keating, C. & Ferreira, V. (2017). Multilingualism and linguistic diversity in Portugal: Speakers, Knowledge and Dynamics. In *The New Speakers Network. Final Action Conference*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra [Conferência inédita].
- Kortmann, B. & Van der Auwera (Eds. 2011). *The Languages and Linguistic of Europe. A Comprehensive Guide*. Berlin: De Gruyter Mouton.
- Linguistic Society of America. Acedido a 12 de dezembro de 2020, em <https://www.linguisticsociety.org/resource/endangered-languages>.
- Lorenzino, A. (2018). Family ties, dwelling and mobility in the development of Barranquenho/Vinculos familiares, vivienda y movilidad en el desarrollo del Barranquenho. *Limite. Revista de Estudos Portugueses y de la Lusofonia*, 12 (2), 241-258. Acedido em 12 de janeiro de 2021, em [http://dehesa.unex.es/bitstream/10662/9387/1/1888-4067\\_12\\_2\\_241.pdf](http://dehesa.unex.es/bitstream/10662/9387/1/1888-4067_12_2_241.pdf).
- Matras, Y. & Bakker, P. (Eds., 2003). *The mixed language debate: Theoretical and empirical advances*. Trends in Linguistics (Studies and Monographs 145). Berlin: Mouton de Gruyter.
- McLelland, N. (2020). Language standards, standardisation and standard ideologies in multilingual contexts. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*. Acedido a 23 de novembro de 2020, em DOI:10.1080/01434632.2019.1708918
- Meakens, F. (2018). Mixed languages. In *Oxford Research Encyclopedias*. Acedido a 10 de outubro de 2020, em DOI: 10.1093/acrefore/9780199384655.013.151.
- Mesthrie, R. et al. (2009). *Introducing Sociolinguistics*. Amsterdam / Edinburgh: John Benjamins / Edinburgh University Press.
- Metzeltin, M. (2005). *Las lenguas románicas estándar. Historia de su formación y de su uso*. Uviéu: Academia de la Llingua Asturiana / Llibrería Lingüística.
- Metzeltin, M. (2015). Las lenguas: sistemas inestables pero necesarios. *Luenga & Fabla*, 19, 9-18.
- Moseley, C. (Ed.). (2010). *Atlas of the World's Languages in Danger* (3rd ed). Paris: UNESCO Publishing. Acedido a 10 de setembro de 2020, em: <http://www.unesco.org/languages-atlas/en/atlasmap.html>.
- Navas Sánchez-Élez, M<sup>a</sup> V. (1992). El barranqueño: un modelo de lenguas en contacto. *Revista de Filología Románica*, 9, 225-246.
- Navas Sánchez, M<sup>a</sup> V. (1999). O dialecto barranquenho. *Além da Água* (131-141). Beja: Associação dos Municípios do Distrito de Beja.
- Navas Sánchez-Élez, M<sup>a</sup> V. (2000). Procesos de creación de lenguas fronterizas. *Revista de Filología Románica*, 17, 367-393.
- Navas Sánchez-Élez, M<sup>a</sup> V. (2001). Breve apresentação do dialecto barranquenho. *Memoria Alentejana*, 2, 12-16.
- Navas Sánchez-Élez, M<sup>a</sup> V. (2011). *El barranqueño. Un modelo de lenguas en contacto*. Madrid: Editorial Complutense / Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

- Navas Sánchez-Élez, M<sup>a</sup> V. (2013). Mujeres depositarias y transmisoras de un patrimonio intrafronterizo: el ejemplo de la villa portuguesa de Barrancos. In M. Almela; M. García Lorenzo; H. Guzmán & M. Sanfilipo (Coords.), *Mujeres en la frontera* (153-170). Madrid: UNED.
- Navas Sánchez-Élez, M<sup>a</sup> V. (2014). Presente, pasado y futuro de una lengua de contacto luso-española. In J. M. Santos Rovira (Ed.), *Fronteras y diálogos del español y otras lengua* (89-100). Lisboa: Axac.
- Navas Sánchez-Élez, M<sup>a</sup> V. (2015a). Actitudes lingüísticas en una situación de contacto de lenguas. *Revista de Filología Románica*, 32 (1), 11-20.
- Navas Sánchez-Élez, M<sup>a</sup> V. (2015b). El barranqueño, lengua oral versus lengua estándar: estado de la cuestión. *Luenga & Fabla*, 19, 83-89.
- Navas Sánchez-Élez, M<sup>a</sup> V. (2017a). *O barranquenho: Língua, Cultura e Tradição*. Lisboa: Edições Colibri.
- Navas Sánchez-Élez, M<sup>a</sup> V. (2017b). Reparto de papeles en la transmisión oral desde el punto de vista del género. In M. Sanfilipo; H. Guzmán & A. Zamorano (Coords.), *Mujeres de palabra. Género y narración oral en voz femenina* (63-69). Madrid: UNED.
- Navas Sánchez-Élez, M<sup>a</sup> V. (2017c). Intercambios culturales y lingüísticos en la raya hispanoportuguesa: estado de la cuestión. In D. Corbella & A. Fajardo (Eds.), *Español y portugués en contacto: préstamos léxicos e interferencias* (*Zeitschrift für romanische Philologie* (BZrP 419) (79-104). Berlin / Boston: De Gruyter.
- Navas Sánchez-Élez, M<sup>a</sup> V. (2019). El barranqueño, lengua amenazada y minoritaria. In L. de C. Coutinho; R. L. Coimbra; E. Fernández Rei; X. Sousa & A. Gómez Bautista, (Coords.), *Estudos em variação linguística nas línguas românicas* (76-95). E-book. Universidade de Aveiro: UA Editora. Acedido a 26 de julho de 2020, em [https://ria.ua.pt/bitstream/10773/26311/1/2019\\_VL.pdf](https://ria.ua.pt/bitstream/10773/26311/1/2019_VL.pdf).
- Navas Sánchez-Élez, M<sup>a</sup> V. & Gonçalves, M. F. (2018). La codificación de una lengua oral: problemas e hipótesis. In R. Antonelli; M. Glessgen & P. Videsott (Eds.), *Atti del XXVIII Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanze* (vol. II, 1427-1438). Strasbourg: ELiPHi – Éditions de Linguistique et Philologie.
- Navas Sánchez-Élez, M<sup>a</sup> V. & Gonçalves, M. F. (2020). Caracterização e problemas atuais do barranquenho: contribuições para uma política de revitalização. *Estudos de Linguística Galega*, 12, 179-199. Acedido a 29 de setembro de 2020, em DOI <https://doi.org/10.15304/elg.12.6040>.
- Navas Sánchez-Élez, M<sup>a</sup> V.; Gonçalves, M. F. & Themudo Barata, F. (2021). Notícia sobre o Barranquenho, língua ameaçada. Processo de formalização e preservação. *Estudis Romànics*, 43, 341-351. Acedido a 25 de fevereiro de 2021, em <https://publicacions.iec.cat/repository/pdf/00000298/00000048.pdf>.
- Ouane, A. (1991). Language standardization in Mali. In U. Von Gleich & E. Wolff *Language standardization. Symposium on languages standardization* (2-3 february 1991) (1-10). Hamburg: UNESCO-Institut für Pädagogik.

- Acedido em 16 de dezembro de 2020, em <https://pdf4pro.com/view/standardization-of-national-languages-unesco-5a32a8.html>.
- Ramos, J. A. E. (2012). *Fronteira e Relações de Poder. Noudar e Barrancos no Antigo Regime*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em O Sul Ibérico e o Mediterrâneo – Universidade de Évora, Portugal [trabalho inédito].
- Robinson, C. & Hogan-Brun, G. (2012). *UNESCO and Language Policy and Planning*. Wiley online Library, em <https://doi.org/10.1002/9781405198431.wbeall1234>.
- Smeets, R. H. J. (2004). La lengua, vehículo del patrimonio cultural inmaterial. *Museum Internacional*, 61 (1-2), 156-165; 221-222. Acedido a 22 de janeiro de 2021, em [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000135870\\_spa?posInSet=46&queryId=ab3bd315-21fb-45c9-9dbe-756a5b551d54](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000135870_spa?posInSet=46&queryId=ab3bd315-21fb-45c9-9dbe-756a5b551d54).
- Stefanova-Gueorguiev, I. (2000). *Español y portugués en la Península Ibérica y en América Latina: dos situaciones de contacto lingüístico*. Thesis submitted in Partial Fulfillment of requirements for the degree of Master of Arts – Simon Fraser University, USA. Acedido a 30 de abril de 2017, em <https://www.nlc-bnc.ca/obj/s4/f2/dsk2/ftp01/MQ61500.pdf>.
- Stemper, K. D. & Kendall, A. K. (2017). Language Planning and Policy. In M. Aronoff & J. Rees-Miller (Eds.), *The Handbook of Linguistics* (2nd ed.), chap. 33. Wiley online Library. Acedido a 22 de janeiro de 2020, em <https://doi.org/10.1002/9781119072256.ch33>.
- Thomason, S. (2003). Social factors and linguistic processes in the emergence of stable mixed languages. In Matras, Y. & Bakker, P. (Eds. 2003). *The mixed language debate: Theoretical and empirical advances*. Trends in Linguistics (Studies and Monographs 145) (21-39). Berlin: Mouton de Gruyter.
- UNESCO (1996). Declaración universal de los derechos lingüísticos. In *Conferencia mundial de derechos lingüísticos* (Barcelona, 6 a 9 de junho de 1996). Acedido a 27 de maio de 2017, em <http://www.unesco.org/cpp/sp/declaraciones/linguisticos.htm>.
- UNESCO (2003). *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, Paris. Acedido a 27 de julho de 2020, em <http://www.unesco.org/culture/ich/es/convenci%C3%B3n>.
- UNESCO (2003). *Language Vitality and Endangerment. UNESCO Ad Hoc Expert Group on Endangered Languages Document submitted to the International Expert Meeting on UNESCO Programme Safeguarding of Endangered Languages, Paris, 10–12 March 2003*. Acedido a 20 de outubro de 2020, em [http://193.48.145.249/Colloques/3L\\_2008/3LCourseMaterial/Language%20Vitality%20and%20Endangerment.pdf](http://193.48.145.249/Colloques/3L_2008/3LCourseMaterial/Language%20Vitality%20and%20Endangerment.pdf).
- UNESCO (2010). *Informe Mundial de la UNESCO. Invertir en la diversidad cultural y el diálogo intercultural*. Publicações da UNESCO. Acedido a 27 de julho de 2020, em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000187828>.
- UNESCO (2011). *Language Vitality and Endangerment Methodological Guideline: Review of Application and Feedback since 2003. Background Paper*

prepared by UNESCO's Culture Sector for expert meeting "Towards UNESCO guidelines on Language Policies: a Tool for Language Assessment and Planning" (30 May-1 June 2011). Acedido a 22 de janeiro de 2020, em [http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/unesco\\_language\\_vitaly\\_and\\_endangerment\\_methodological\\_guideline.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/unesco_language_vitaly_and_endangerment_methodological_guideline.pdf).

União Europeia. *Language diversity*. Acedido a 22 de outubro de 2020, em <http://language-diversity.eu/en/about-us/who-we-are/>.

Vasconcelos, J. Leite de (1901). *Esquisse d'une dialectologie portugaise* (facs. 1987<sup>3</sup>). Lisboa: INIC. Acedido a 11 de março de 2021, <https://archive.org/details/esquissedunedia00vascgoog>.

Vasconcelos, J. L. de (1955). *Filologia barranquenha. Apontamentos para o seu estudo*. Águeda: Grafinal (reed. 1988).

## AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA NORMA ORTOGRÁFICA DA LÍNGUA MIRANDESA

Alberto Gómez Bautista

Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa  
– Instituto Politécnico de Lisboa. Centro de Línguas,  
Literaturas e Culturas – Universidade de Aveiro

009.

Ye boubo quien faç poemas,  
quien nun ls faç mais boubo ye:  
se stamos mal cun poetas,  
sien poetas que serie...<sup>1</sup>

(Roixo, 2009:12)

### 1. Introdução

Antes de entrar no objeto de estudo do presente trabalho, os processos de codificação de um idioma minoritário e minorizado como o mirandês e das opções ortográficas que foram tomadas para a construção de uma norma escrita no contexto das políticas linguísticas que têm por finalidade a normalização do idioma, é necessário tecer algumas considerações prévias sobre a natureza da língua escrita e o que aqui se entende por políticas linguísticas e planificação linguística.

#### 1.1. A escrita

A aprendizagem da escrita está hoje tão interiorizada que a sua aquisição parece quase tão natural como a aprendizagem de uma língua. Não

<sup>1</sup> Tradução: É parvo quem escreve poemas, / quem não os escreve mais parvo é: / Se estamos mal com poetas, / sem poetas como seria...